

Ações afirmativas

cotas na graduação e na pós



Cotas na Graduação

Lei 12.711 de 2012

Em 2022, a lei completa 10 anos, período no qual deve ocorrer a primeira revisão da política;

Em vista disso, junto a outras instituições o **Observatório** iniciou campanha sobre as cotas



Um pouco de dados

(2010-2019)

- Durante o período de implementação das cotas, houve crescimento de **40%** nas matrículas em Universidades Federais
- Cerca de **30%** dos ingressantes nas federais são cotistas
- Em 2004, apenas **5,6%** dos jovens negros brasileiros entre 18 e 24 anos tinham acesso à graduação
- Em 2018 pretos e pardos em instituições públicas somam **50,3%**



Sobre a revisão da lei

- Revisão não significa extinção!
- Ano complicado para o debate - posição do governo sobre cotas
- Proposta que o tema seja debatido, no mínimo, a partir do ano que vem



Avanços e Percalços

- Debate sobre os Cortes no Orçamento das Universidades incide também nas políticas de permanência (bolsas, alojamento...)
- Precisamos avançar no debate sobre permanência
- Apesar dos 10 anos das cotas, o número de professores negros ainda é muito pequeno nas universidades



professores negros

agenda observatório 2022

Pesquisa constatou que nas 63 universidades federais (UFs) e 38 institutos federais (IFs) o percentual previsto na lei estava muito longe do praticado pelas instituições. Nos editais, apenas 12% das vagas nos IFs eram previstas para negros e nas UFs, somente 5,3 %.



Cotas na Pós-graduação



Atualmente, são **2.817** programas reconhecidos pela
CAPES

Destes, **1531** são programas acadêmicos de
Universidade Públicas



Cotas na Pós-graduação

Em 2021, dos 1531 programas em instituições públicas, 54% adotavam alguma modalidade de ação afirmativa

Com grande parte dos programas adotando a modalidade de cotas (73%), bem como a inclusão de um espectro diverso de beneficiários, tais como pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, quilombolas, trans, entre outros.



Não há lei sobre cota na pós

agenda observatório 2022



A **Portaria normativa MEC n. 13 de 2016** determinou que todas as instituições federais de ensino superior enviassem *propostas* de inclusão de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação.



Cotas na Pós-graduação



Experiências de ações afirmativas em cursos de pós-graduação de universidades públicas (2001-2022)



Linha do tempo



2001

- Fundação Carlos Chagas (FCC) e Fundação Ford (FF) criam o Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, também conhecido como International Fellowship Program (IFP).

2002

- A Universidade do Estado da Bahia (Uneb) aprova resolução estabelecendo uma política de ação afirmativa voltada para a entrada de negros e indígenas em cursos de pós-graduação.

2003

- Fundação Carlos Chagas (FCC) e Fundação Ford (FF) criam Programa de Dotações para Mestrado em Direitos Humanos no Brasil.

2004

- Programas de pós-graduação em direito criam ações afirmativas nas áreas de concentração em direitos humanos: USP (Universidade de São Paulo), UFPA (Universidade Federal do Pará) e UFPEL (Universidade Federal da Paraíba).



linha do tempo



2010

- Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Ufam (Universidade Federal do Amazonas).

2012

- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional
Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA.

2013

- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

2014

- Lei estadual 6914/2014 determina a reserva de vagas em todas as universidades estaduais do Rio de Janeiro. O principal critério adotado pela legislação do Rio de Janeiro é a hipossuficiência econômica e não o critério étnico-racial, de modo que estudantes negros e indígenas apenas podem ser beneficiados caso comprovem situação de carência econômica.



linha do tempo



2015

- Criação de grupo de trabalho para estudar medidas de inclusão na pós-graduação (Portaria MEC n. 929 e Portaria Capes n. 149).
- UFG (Universidade Federal de Goiás) e UFPI (Universidade Federal do Piauí) aprovaram resoluções determinando que todos os programas de pós-graduação deveriam implementar ações afirmativas.
- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB (Universidade de Brasília)
- IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) da Unicamp

2016

- Portaria normativa MEC n. 13 determinou que todas as instituições federais de ensino superior enviassem propostas de inclusão de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação.
- Ufam (Universidade Federal do Amazonas) e UFPB (Universidade Federal da Paraíba) aprovaram resoluções determinando que todos os programas de pós-graduação deveriam implementar ações afirmativas.



linha do tempo



2017

- Catorze universidades federais aprovaram resoluções sobre ações afirmativas na pós-graduação:

UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais); UFBA (Universidade Federal da Bahia); UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados); UFU (Universidade Federal de Uberlândia); UFT (Universidade Federal de Tocantins); UFPEL (Universidade Federal de Pelotas); UFFS (Universidade Federal da Fronteira do Sul); UFRR (Universidade Federal de Roraima); UFS (Universidade Federal de Sergipe); UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro); Unifap (Universidade Federal do Amapá); Unipampa (Universidade Federal do Pampa); Ufop (Universidade Federal de Ouro Preto); UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri)



linha do tempo



2018

- Sete universidades aprovaram resoluções sobre ações afirmativas na pós-graduação:

UEMS (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul) (apenas autoriza); UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) (apenas autoriza); UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia); Ufal (Universidade Federal de Alagoas); UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco); UFV (Universidade Federal de Viçosa); UNIR (Universidade Federal de Rondônia)



linha do tempo



2019

- Mais cinco universidades aprovaram resoluções sobre ações afirmativas na pós-graduação:

Univasp (Universidade Federal do Vale do São Francisco); Ufopa (Universidade Federal do Oeste do Pará); Furg (Fundação Universidade Federal do Rio Grande); UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul); Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira)



linha do tempo



2020

- Mais quatro universidades aprovaram resoluções determinando que todos os programas de pós-graduação devem implementar ações afirmativas:

UERN (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte); UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais); UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina); UNB (Universidade de Brasília)



linha do tempo



2020

- Em 18 de junho, o ex-Ministro da Educação, Abraham Weintraub, publicou a portaria n. 545/2020 revogando a portaria normativa n. 13/2016.
- No dia 23 de junho, a portaria n. 559/2020 tornou a revogação sem efeito.



linha do tempo



2021

- Mais sete universidades aprovaram resoluções determinando que todos os programas de pós-graduação devem implementar ações afirmativas:

UEL (Universidade Estadual de Londrina); UFABC (Universidade Federal do ABC); UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora); UFPE (Universidade Federal de Pernambuco); UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo); UNIMONTES (Universidade Estadual de Montes Claros)



linha do tempo



2022

- Mais uma universidade aprova resolução determinando que todos os programas de pós-graduação devem implementar ações afirmativas:

UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana)



Mitos sobre cotas

- "As cotas são Contra a Constituição Federal e o principio da igualdade"
- "E o mérito acadêmico?"
- "Cotas baixam o nível acadêmico das nossas universidades"



Algumas ideias

1- Que programas que adotem ações afirmativas tenham tal medida levada em conta na pontuação da

CAPES

2- Que também sejam critérios de pontuação a presença de pós-graduandos cotistas nos grupos de pesquisas registrados no CNPq



Dúvidas?

